JUSTIFICATIVA

A intensão desse projeto lei é promover a cidadania, resguardando o direito a diversidade da comunidade LGBTQIA+, com conscientização da sociedade que todos são iguais perante a lei, independente da sua escolha de gênero.

Considerando que o Brasil figura nas primeiras posições dos rankings da homofobia mundial, é de suma prioridade que a sociedade tome conhecimento que a homofobia é CRIME, e que nos parâmetros da nossa Constituição Federal, é assegurado a toda cidadã e cidadão direitos iguais e prerrogativas equitativas.

Resguardar o direito a diversidade é um desafio, e na contemporaneidade esse resguardo só é possível por meio da garantia dos Direitos Humanos para todos de forma indiscriminada, e criar um marco no calendário municipal da cidade é garantir esses direitos e prerrogativas a comunidade LGBTQIA+.

Sabemos que garantir o direito a diversidade é um ato contínuo que deve fazer parte do nosso cotidiano, e isso se amplia especialmente quando nos referimos a garanti-los a uma parcela da população socialmente vulnerável. Lembrando que as vulnerabilidades são impostas por preconceitos e discriminações que atingem os cidadãos e cidadãs por suas características pessoais, sejam elas de gênero, etnia, orientação sexual dentre outras tantas, que merecem respeito e dignidade aos seus direitos individuais.

O objetivo desse marco é fazer com que a comunidade LGBTQIA+, que é alvo de inúmeras violações aos Direitos Humanos, ganhe visibilidade e estabeleça um enfrentamento a essas violações no âmbito social.

A inserção das diversidades na sociedade, entre elas da comunidade LGBTQIA+ é de tamanha importância que se estende no âmbito internacional.

Ante o exposto, relata-se um prévio histórico do movimento LGBTQIA+ e também realça o previsto no artigo 5º da Constituição Federal que estabelece normativamente, que “TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI SEM DISSTINÇÃO DE QUALQUER NATUREZA, GARANTINDO-SE AOS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS RESIDENTES NO PAÍS A INVIOLABILIDADE DO DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À IGUALDADE À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE”.

No entanto, ainda são imensos os desafios para se assegurar que todos as brasileiras e brasileiros possam viver livres da violência e da discriminação. Assim, o diálogo com experiências desenvolvidas em diversas partes do mundo permitiu visualizar o quanto o preconceito, a discriminação e a violência contra esta parcela da população encontram-se em diferentes contextos sociais, gerando necessidades de reações do Estado similares; e o movimento em constar uma semana que defenda o direito à cidadania a comunidade LGBTQIA+ é um passo a mais para a visibilidade e inserção social, na luta constante contra preconceito e discriminação.